

Parlasul aprova preço maior por eletricidade de Itaipu

Representação brasileira concorda com proposta do governo de elevar pagamento feito aos paraguaios. **2**

Projeto quer usar chips para controlar desmatamento

Proposta de Serys Shlessarenko, aprovada ontem pela CCT, prevê monitoramento de árvores na Amazônia. **8**

Governo diz que já escolheu política para resíduos sólidos

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, revelou ontem, em debate organizado por quatro comissões do Senado, que o governo apoia o projeto aprovado pela Câmara em março. **8**



Ministra Izabella Teixeira e o senador Demostenes Torres, no debate de ontem

Elogios unânimes à Lei de Responsabilidade Fiscal

Em sessão solene no Plenário, senadores de praticamente todos os partidos se revezaram na tribuna para saudar, nos dez anos de promulgação da lei, as conquistas para a administração pública e para o controle de gastos obtidas pela norma. Muitos defendem a necessidade de aprovar a inclusão de novas medidas. **4 e 5**

Votação rápida de reajuste a aposentados exige acordo

Ao receber parlamentares e representantes de centrais sindicais e de associações de aposentados, Sarney explica que exame de projeto depende de entendimento entre líderes



José Sarney (D) cumprimenta Paulo Paim: presidente do Senado acredita que finanças públicas suportam reajuste de 7,72% para aposentadorias

Aprovado pelos deputados, o projeto concede aumento de 7,72% aos aposentados e pensionistas do INSS que ganham mais de

um salário mínimo e tem efeito retroativo a janeiro. A proposta também acaba com o fator previdenciário a partir de 1º de janeiro de 2011. Sarney observou que há

na pauta duas medidas provisórias que têm prioridade de votação. Paulo Paim acredita que os senadores aprovarão o reajuste e o fim do fator previdenciário. **3**

Índios criticam fim de postos nas aldeias

Durante debate sobre os cem anos da política indigenista, representantes de diversas etnias protestaram contra decreto presidencial que ex-

tingue os postos de atendimento da Fundação Nacional do Índio (Funai) nas aldeias. Segundo eles, iniciativa viola normas internacionais. **7**



Antes da reunião na CDH, indígenas se reuniram na entrada do Senado para cobrar a revisão da medida presidencial

Representação brasileira no Parlamento do Mercosul aprovou, por sete votos contra três, mensagem presidencial sobre novo pagamento ao Paraguai por cessão de energia



Mesquita Júnior fala durante reunião, ao lado de Sérgio Zambiasi e dos deputados Pannunzio, Pauletti e Geraldo Thadeu

Brasil pode pagar três vezes mais por energia de Itaipu

O PARAGUAI PODE ganhar mais pela energia gerada em Itaipu. A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul aprovou ontem o relatório do deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR) sobre a Mensagem Presidencial 951/09, que trata das novas bases financeiras do Tratado de Itaipu, de setembro de 2009. Essas novas bases aumentam de 5,3 para 15,3 o fator de multiplicação aplicado aos valores estabelecidos para os pagamentos por cessão de energia, o que eleva os pagamentos anuais feitos ao Paraguai de cerca de US\$ 120 milhões para cerca de US\$ 360 milhões.

A proposta foi aprovada por sete votos contra três, sendo estes os dos deputados Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), Professor Ruy Pauletti (PSDB-RS) e Geraldo Thadeu (PPS-MG). Para Ruy Pauletti, o acordo "faz com que o povo brasileiro pague a conta". Ele criticou o governo federal por não ajudar as 400 famílias brasileiras expulsas do Paraguai pelos sem terra locais e que estão hoje acampadas em Itaquiraí (MS).

Geraldo Thadeu disse que o governo dá recursos ao Paraguai enquanto propõe um reajuste ínfimo aos aposentados e permite que o Sistema Único

de Saúde (SUS) continue falido. Já Antonio Carlos Pannunzio afirmou que "o Paraguai está recebendo absolutamente de graça a metade da segunda maior usina hidrelétrica do mundo".

Ao defender a aprovação do acordo, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o Brasil tem de "buscar parcerias para fortalecer as economias da região". Ele manifestou-se particularmente preocupado com a presença da China, cujos produtos estão em primeiro lugar entre as importações paraguaias (28%), tendo superado os brasileiros (22,8%).

Azeredo celebra possível acordo com os europeus

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), considerou uma "grande notícia" a retomada das negociações para a formação de um acordo de livre comércio entre a Comunidade Europeia e o Mercosul, o que

poderá aumentar para mais de R\$ 15 bilhões o fluxo comercial para as duas regiões.

— Sem dúvida, será fantástico. Hoje temos tratado comercial apenas com Israel, porque o Brasil fica limitado pelos interesses do Mercosul. Temos perdido muitas oportunidades

comerciais. Com esse acordo de livre comércio, nossa siderurgia, nossa indústria têxtil, de calçados, de alimentos, ganhará competitividade e teremos boas condições de negociação com a China, por exemplo — disse o senador em entrevista à Agência Senado.



Sarney recebeu as delegações de parlamentares brasileiros e do México

Interesse por maior integração marca reunião com mexicanos

O fortalecimento das relações entre Brasil e México envolve desde a ampliação do fluxo comercial entre os dois países até a busca conjunta de estratégias de redução de desigualdades sociais e de fortalecimento da proteção ambiental. A opinião foi dada ontem pelo senador Eduardo Azeredo, ao abrir a 2ª Reunião Interparlamentar México-Brasil.

— O fluxo comercial entre Brasil e México é incompatível com a dimensão e o dinamismo

das duas maiores economias da América Latina. Em 2008, ano de melhor desempenho, as trocas comerciais com o México representaram apenas 2% das importações e 1,7% das importações brasileiras — exemplificou ele.

O presidente do Senado do México, Carlos Navarrete, destacou desafios semelhantes enfrentados pelos dois países e a disposição dos parlamentares de contribuir para a construção de soluções adequadas ao contexto latino-americano.

Sarney recebe o ex-premier japonês Taro Aso

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do deputado japonês e ex-primeiro-ministro do seu país Taro Aso, presidente do Grupo Parlamentar Japão-Brasil. Taro Aso esteve em visita de cortesia, mas também em missão comercial, para falar sobre o interesse japonês em participar da licitação para compra do trem-bala que vai ligar o Rio de Janeiro a São Paulo e Campinas.

Taro Aso afirmou a Sarney que a experiência do Japão em sediar as Olimpíadas de 1964, em Tóquio, e em compartilhar com a Coreia do Sul a Copa do Mundo de 2002 pode ser útil ao Brasil.

— Tóquio tem 32 milhões de habitantes e atende a 72% dessa população com transportes coletivos, principalmente trens de alta velocidade e metrô. Já em Los Angeles [nos EUA], só 8% da população usam transporte de massa — comparou o ex-primeiro-ministro japonês.

Senadores traçam estratégia para aprovar o Ficha Limpa

Um grupo de senadores se reuniu ontem com representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral para traçar uma estratégia de votação rápida e consensual no Senado do substitutivo do deputado federal José Eduardo Cardozo (PT-SP) ao projeto Ficha Limpa (PLP 518/09).

A Câmara aprovou o texto na terça-feira, mas os deputados deixaram para votar os destaques ontem. A intenção dos senadores é que o projeto chegue ao Plenário do Senado sem novas alterações e seja aprovado até meados de junho.

Assim, acreditam os senadores, as regras para impedir candidaturas de pessoas condenadas em segunda instância (por mais de um juiz) por crimes graves, como corrupção, abuso de poder econômico,

homicídio e tráfico de drogas, poderiam valer ainda para as eleições deste ano.

— Essa é uma demonstração de que o Senado se junta à voz e ao desejo de milhões de brasileiros que clamam por ética e coerência na política — comentou o senador José Nery (PSOL-PA), organizador do encontro.

Preocupados com a possível aprovação de destaques que desvirtuem ainda mais a proposta, os senadores admitiram que o substitutivo de Cardozo não é o ideal, mas foi o possível de ser aprovado no momento pelo Congresso.

Também participaram da reunião os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Augusto Botelho (PT-RR), Serys Slhessa-renko (PT-MT), Jefferson Praia (PDT-AM) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

O INSTITUTO PRESIDENTE João Goulart lançou ontem, na Biblioteca do Senado, o jornal *Página 64*, publicação eletrônica semanal e impressa mensal. A matéria de capa da edição mensal nº 1 é uma entrevista de página dupla com João Pedro Stédile, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Participaram do evento os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF), a ex-primeira-dama Maria Thereza e João Vicente e Denise Goulart, filhos do ex-presidente deposto em 1964. Também foi exibido um documentário sobre Jango elaborado pelo jornalista Deraldo Goulart, da TV Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pré-sal tranca pauta

14h A pauta está trancada por projetos que regulamentam a exploração do petróleo do pré-sal e pelas MPs 477/09 e 480/10.

Presidência Vice-presidente do parlamento chinês

11h30 O senador José Sarney recebe a vice-presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional da China, Uyunqing. Às 16h, preside a sessão plenária.

CRE Embaixadas na Tailândia e no Uruguai

9h30 A Comissão de Relações Exteriores analisa a indicação dos diplomatas Paulo Cesar Meira de Vasconcellos e João Carlos de Souza Gomes para os cargos de embaixador junto à Tailândia e ao Uruguai, respectivamente. Na segunda parte da reunião, dois projetos de decreto legislativo aprovam tratados sobre extradição com o Suriname e o Panamá.

CDH Homenagem a mães de desaparecidos

11h Audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para homenagear todas as mães de filhos desaparecidos e violentados, que serão representadas pelas mães — Aldenira Alves, Maria Lúcia Lopes, Marisa Pinto Lopes, Sirlene Gomes e Sônia Vieira e Valdirene Fernandes — dos seis jovens assassinados em Luziânia (GO).

Congresso Créditos orçamentários

11h Reunião do Congresso Nacional, no Plenário da Câmara, para votação de créditos suplementares em favor dos ministérios do Turismo e da Saúde.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

TCU, MPU e CGU falarão sobre obras irregulares

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho, devem comparecer à Comissão Mista de Orçamento (CMO) para um debate sobre obras públicas com indícios graves de irregularidades.

O convite às autoridades foi proposto, em requerimento, pelo senador Tião Viana (PT-AC), relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011.

Viana quer colher a experiência dos órgãos de controle externo e interno sobre a execução orçamentária com recursos federais.

Créditos

Também ontem, a comissão aprovou dois projetos de crédito adicional: o PLN 1/10, que destina R\$ 442,7 milhões para o Ministério do Turismo; e o PLN 2/10, que transfere R\$ 1 milhão para o Ministério da Saúde pagar precatórios, ações judiciais transitadas em julgado que obrigam a União a pagar dívidas a contribuintes.

Convocado pelo presidente José Sarney, o Congresso Nacional vai se reunir hoje, às 11h, no Plenário da Câmara, para apreciar os projetos de créditos adicionais, cujos pareceres foram aprovados ontem.



Tião Viana se reuniu com técnicos do Planejamento para debater LDO

Começa discussão sobre relatório do projeto da LDO

Tião Viana (PT-AC) reuniu-se ontem com técnicos do Ministério do Planejamento e do TCU para discutir a elaboração do relatório preliminar do projeto da LDO. A reunião também contou com a participação de consultores da Câmara, do Senado e de técnicos da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O Plenário do Congresso Nacional tem até o fim do primeiro semestre legislativo, em 17 de julho, para analisar e votar o projeto da LDO referente ao Orçamento do ano seguinte. Pela Constituição, o Congresso não poderá entrar em recesso até que a LDO seja votada.

José Sarney afirma a sindicalistas que apenas um acerto entre líderes partidários poderia levar o Senado a apreciar, já na semana que vem, como defende Paulo Paim, o aumento de 7,72% a aposentadorias aprovado pela Câmara antontem

Reajuste a aposentados e fim do fator previdenciário dependem de acordo

DEPENDE DE UM acordo de líderes a votação rápida no Plenário do Senado do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/10, que concede aumento de 7,72% aos aposentados e pensionistas do INSS que ganham mais de um salário mínimo e extingue o fator previdenciário a partir de 1º de janeiro de 2011.

A avaliação foi feita pelo presidente da Casa, José Sarney, durante encontro com representantes de centrais sindicais e de associações de aposentados.

O PLV, proveniente da Medida Provisória 475/09, tem efeito retroativo a janeiro e foi aprovado na noite de antontem na Câmara dos Deputados.

Sarney observou, no entanto, que existem duas medidas provisórias na frente, ambas com prazos de votação no limite. Por isso, têm prioridade.

Segundo ele, só um acordo partidário impedirá que as oposições continuem sua obstrução seletiva de votações.

Na liderança do grupo de cerca de 30 pessoas, o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), sugeriu que Sarney tentasse colocar a matéria em votação "já na semana que vem".

O mesmo pedido foi feito pelo senador Paulo Paim (PT-RS), tanto no encontro como em discurso no Plenário mais tarde.

Ele disse que a decisão da Câmara de aumentar o percentual de reajuste de 6,14% para 7,72% e de extinguir o fator



Aposentados acompanharam a sessão da Câmara dos Deputados em que foi votado reajuste nas aposentadorias

previdenciário foi tomada em comum acordo com vários líderes partidários do Senado.

Por isso, o senador não acredita em surpresa na nova votação. Paim anunciou que apresentará requerimento de inversão de pauta para que essa iniciativa seja apreciada antes das duas MPs que trancam a pauta.

Ele acredita que, "pela lógica", os senadores aprovarão a parte da MP 475/09 que acaba com o fator previdenciário, pois eles já concordaram com a extinção desse mecanismo em outra proposta, de sua autoria, remetida à Câmara.

O reajuste de 7,72% é retroativo a 1º de janeiro de 2010, mas, para quem se aposentou depois de março de 2009, será concedido proporcionalmente

à data de início do pagamento. Por exemplo: o reajuste para as aposentadorias que começaram a ser pagas em dezembro de 2009 será de 3,58%.

O relator do projeto na Câmara foi o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), líder do governo, e o índice de 7,72% constava de emenda do deputado Paulo Pereira da Silva. O percentual corresponde à inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais 80% da variação do produto interno bruto (PIB) de 2008 para 2009. Já o fim do fator previdenciário resultou de emenda do líder do PPS, deputado Fernando Coruja (SC).

O reajuste para as aposentadorias acima de um salário mínimo beneficia 8.359 milhões

de aposentados e pensionistas, segundo o Executivo. Somente com o reajuste de 6,14%, o impacto orçamentário seria de R\$ 6,701 bilhões.

Vaccarezza declarou que, se o projeto for confirmado pelos senadores, o presidente Lula poderá vetá-lo. Nesse caso, Paulo Paim prometeu fazer tantas vigílias no Plenário do Senado quantas forem necessárias para que o veto seja derrubado pelo Congresso.

Paim acredita que o governo tem condições de absorver o impacto orçamentário do reajuste e anunciou que pretende "conversar com o presidente e mostrar números que comprovam que a Previdência tem totais condições de absorver as duas coisas".

Finanças públicas suportam 7,7% para aposentados, diz Sarney

As finanças públicas suportam o aumento para os aposentados aprovado pelos deputados, afirmou o presidente do Senado, José Sarney. Ele acredita que os senadores vão acatar o reajuste de 7,72% para as aposentadorias acima de um salário mínimo.

– Não estou falando do fator previdenciário, pois não conheço as suas consequências e os seus números. Essa uma questão controversa e evidentemente a Casa está dividida – disse.

Sarney afirmou que colocará em votação a MP 475/09 assim que forem examinadas outras duas medidas provisórias que estão trancando a pauta (MPs 477/09 e 480/10). Para ele, tudo

depende dos líderes.

Sarney alertou que, por causa das eleições de outubro, as votações importantes do Congresso devem ser feitas até o final de junho, pois no dia 17 de julho os congressistas entram em recesso. Depois, "eles vão se dedicar às suas campanhas".

– Estamos num ano eleitoral e dificilmente teremos o Senado modificando qualquer decisão da Câmara. Eu não conheço os números do Orçamento, mas acho que politicamente é muito difícil que haja qualquer modificação nesse projeto dentro do Senado. Até mesmo porque há uma simpatia muito grande aqui com os aposentados.

Mão Santa pede inclusão da proposta de reajuste na pauta

Mão Santa (PSC-PI) fez um apelo ontem para que o presidente do Senado, José Sarney, inclua na pauta de votação da próxima semana a medida provisória (MP 475/09) que reajusta as aposentadorias em 7,72% e acaba com o fator previdenciário. A proposta foi aprovada

pela Câmara na terça-feira.

O senador apelou para "a generosidade e a bondade" do presidente do Senado, citando o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, o qual teria dito que "a velhice é uma tristeza; desamparada, é uma desgraça".

Senado já votou pela extinção do mecanismo criado em 1999

O fator previdenciário modificou os critérios para a concessão das aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e foi criado em 1999, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, como parte da reforma da Previdência Social iniciada no ano anterior. O mecanismo baseia-se em quatro pontos: a alíquota de contribuição, a idade do trabalhador, o tempo de contribuição à Previdência Social e a expectativa de sobrevida do segurado.

O Senado já votou pelo fim do fator previdenciário em 9 de abril de 2008, quando aprovou projeto de lei do Senado (PLS 296/03) do senador Paulo Paim (PT-RS). Enviado à Câmara naquele mesmo mês, até hoje não foi votado pelos deputados.

A questão volta agora ao Senado

na forma de uma emenda incluída no PLV 2/10, que concedeu reajuste de 7,72% aos aposentados que recebem acima de um salário mínimo (R\$ 510). O PLV foi aprovado pelos deputados na terça-feira. Quando apresentou seu projeto, Paim disse que, dependendo do grau de formalização e da evolução salarial do trabalhador, a ampliação gradativa do período básico de cálculo do chamado salário de benefício para se chegar ao fator previdenciário diminui o valor recebido pelo aposentado. Para Paim, embora essa fórmula seja aplicada sob a alegação de prevenir impactos financeiros e atuariais na Previdência Social, tem sido utilizada principalmente para retardar ou reduzir o valor das aposentadorias por tempo de contribuição.

Rosalba quer votação rápida para projeto que prevê aumento

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) comemorou a aprovação, pela Câmara, do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/10, da Medida Provisória (MP) 475/09, que concede reajuste de 7,72% às aposentadorias acima de um salário mínimo e também acaba com o chamado fator previden-

ciário a partir de 2011. O projeto chegará em breve ao Senado e Rosalba quer que a Casa o aprove com rapidez.

– Estou me colocando totalmente favorável a que possamos novamente aprovar, como fizemos. Se for necessária a vigília de novo, vamos fazer.

Marconi ressalta benefícios para a gestão pública



Marconi Perillo

Marconi Perillo (PSDB-GO) abriu a comemoração afirmando que até o advento da LRF faltava à administração pública um instrumento que impusesse a disciplina fiscal, o compartilhamento das responsabilidades e o rígido controle social e institucional dos gastos públicos, além do cumprimento dos dispositivos das leis orçamentárias.

– A Lei de Responsabilidade Fiscal assenta-se no tripé planejamento, transparência e controle. As leis orçamentárias deixam o antigo status de mera formalidade para, de fato, se tornarem instrumentos de gestão governamental – assinalou. Marconi disse que, como consequência, o reclamo do equilíbrio orçamentário se fortalece com a LRF.

Alvaro Dias aponta herança bendita do governo FHC



Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) apontou o estabelecimento de mecanismos rigorosos de controle do endividamento, que pôs fim ao desequilíbrio orçamentário dos entes públicos, como o principal ganho obtido com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O senador, que relatou a matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) à época, lembrou que antes da LRF os gastos excessivos e sem planejamento, passados de um governo para o seguinte, eram uma regra no Brasil.

– É preciso reconhecer que a LRF é um marco na história da administração pública no país e uma herança bendita do governo Fernando Henrique – disse o senador, que criticou o PT por ter se manifestado contra a aprovação da LRF quando era oposição.

Virgílio afirma que LRF foi um marco para o Brasil



Arthur Virgílio

“A Lei de Responsabilidade Fiscal é um marco sem o qual o Brasil não transporia os umbrais do chamado Primeiro Mundo”. O comentário foi feito pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que fez uma retrospectiva dos diversos planos econômicos lançados no Brasil, com destaque para o Plano Real, que criou as bases para a aprovação da LRF.

Virgílio enumerou algumas das reformas importantes aprovadas durante o governo Fernando Henrique: LRF, renegociação das dívidas de estados e municípios, capitalizações feitas para o Banco do Brasil e Caixa Econômica, estabilização da moeda e controle da inflação pelo Plano Real, além do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer).

Agripino ressalta garantia da estabilidade econômica



José Agripino

José Agripino (DEM-RN) afirmou que o que está sendo comemorado, na realidade, são dez anos de inflação sob controle. Para o senador, instrumentos como a LRF garantiram a estabilidade econômica e ajudaram o país a superar com rapidez a crise mundial de 2009.

– Enfrentar estados e municípios, estabelecendo regras rígidas de transparência, é contrariar interesses. E só faz isso quem tem espírito público e visão de futuro. E isso foi feito por Fernando Henrique Cardoso e sua equipe de governo.

Por ter governado o Rio Grande do Norte no período em que a inflação crescia diariamente, Agripino disse compreender a importância dessa lei.

Sistema é transparente e abrangente, diz Dornelles



Francisco Dornelles

A Lei de Responsabilidade Fiscal, na opinião de Francisco Dornelles (PP-RJ), modernizou a administração financeira do Brasil. “Hoje, dificilmente outro país tem um sistema de contas públicas tão abrangente e tão transparente quanto o Brasil”, afirmou.

O senador fez um resgate histórico das medidas financeiras adotadas pelo país nas últimas décadas e que ajudaram na consolidação do atual equilíbrio econômico e financeiro, a começar pela criação da Secretaria do Tesouro Nacional e pelo fim da chamada conta movimento do Banco do Brasil, no final dos anos 1980, no governo do ex-presidente Sarney, quando Dornelles foi ministro da Fazenda.

Para Cavalcanti, práticas arcaicas foram reduzidas



Roberto Cavalcanti

A LRF reduziu desmandos e práticas arcaicas e viciosas no uso do dinheiro público, além de ter conferido maior grau de responsabilidade e de acerto na busca do equilíbrio orçamentário e na aplicação dos recursos governamentais, resumiu o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

– A LRF mostrou ainda que, ao contrário do que muitos apregoavam, veio para ficar, impondo uma mudança de mentalidade e estabelecendo um novo marco na qualidade da administração pública.

Além de ter se revelado um instrumento fiscalizador e de punição poderoso contra a malversação dos recursos públicos, a LRF “estabelece critérios claros e eficientes para nortear uma nova página na história política e administrativa brasileira”, afirmou.

Mão Santa: LRF inibiu a ganância desordenada



Mão Santa

Mão Santa (PSC-PI) afirmou que a lei serviu para moralizar a administração pública em municípios e estados brasileiros.

– Hoje os estados sobrevivem com seriedade, austeridade e estabilidade – afirmou.

Mão Santa lembrou que os gestores estavam acostumados a aplicar os recursos no *overnight* (mercado financeiro), devido à hiperinflação, para somente

então se preocupar com o pagamento de despesas. Ele recordou a época em que foi prefeito de Parnaíba (1988) e depois governador do Piauí (1995-2001).

Mão Santa também lembrou ser comum, à época, prefeitos em final de mandato utilizarem a Antecipação da Receita Orçamentária, extinta pela LRF, para estourar os gastos e deixar dívidas para o sucessor.

Osmar Dias pede controle contra desvios de gastos



Osmar Dias

Apesar de classificar a LRF como a mais importante legislação sobre gastos públicos aprovada pelo Congresso, Osmar Dias (PDT-PR) acha que ela ainda pode ser aperfeiçoada. A aprovação da regulamentação da Emenda 29 – que vincula a aplicação de recursos na área da saúde e impede os desvios de finalidade nesse tipo de gasto – é um desses aperfeiçoamentos, avaliou.

– O Congresso deve aprovar outras medidas. A regulamentação da Emenda 29 impedirá que sejam contabilizados como dinheiro aplicado na saúde os gastos com saneamento básico, merenda escolar e pagamento de aposentados que trabalharam na área – afirmou Osmar Dias.



Lúcia Vânia quer investimento em gestão

O mero cumprimento da LRF não deve ser considerado como boa gestão. Equilibrar as contas públicas é obrigação mínima de um governante. Ao fazer essas observações, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) falou sobre a necessidade de mais investimentos no desenvolvimento da capacidade de gestão, especialmente nos níveis estadual e municipal.

Lúcia Vânia também defendeu a adoção de medidas que melhorem o ordenamento jurídico para impedir que os orçamentos e os resultados das políticas públicas sejam maquiados. Ela lembrou ainda que apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 29/03), recentemente aprovada no Senado, que cria o conceito de responsabilidade social, fixando metas de cunho social de longo prazo.

Prefeitos de cem cidades recebem prêmio no Senado

Prefeitos de cem cidades que se destacaram nos temas sustentabilidade urbana e boas práticas administrativas receberam ontem – em solenidade realizada pela revista *Prefeitos & Vices*, com o apoio do Senado – o Prêmio da Associação Nacional dos Prefeitos e Vice-Prefeitos do Brasil (ANPV) 2010.

Na seleção, foram considerados aspectos como a adoção de orçamento participativo; a implantação de redes sociais de proteção; o controle de gastos; a transparência; e o cumprimento de metas em Saúde, Educação, Meio Ambiente e Segurança.

Foram homenageados os senadores Serys Silhessarenko (PT-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP), Paulo Paim (PT-RS) e Aloizio Mercadante (PT-SP). Almeida Lima (PMDB-SE) foi saudado como um dos apoiadores da ANPV. O presidente da ANPV, Arnaldo de Lima, agradeceu o apoio do presidente do Senado, José Sarney, à cerimônia.

A 2ª vice-presidente do Senado, Serys, disse que “é no município que os problemas chegam primeiro e têm de receber solução”. E Suplicy estimulou gestores municipais e vereadores a adotarem experiências pioneiras de renda básica de cidadania.



Serys saudou os premiados por gestão sustentável em evento no auditório Petrónila Portela

Sarney diz que FHC “plantou um carvalho na administração”

O Senado comemorou ontem os dez anos de existência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), considerada um dos mais importantes instrumentos de promoção do equilíbrio na gestão das finanças públicas. O presidente do Senado, José Sarney, citou como “dois momentos importantes na administração pública” a inclusão do planejamento na Constituição de 1967, por decisão do ex-presidente Castelo Branco,

e a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000, por iniciativa de Fernando Henrique Cardoso. Sarney observou que o Plano Real atendeu às circunstâncias, enquanto a LRF foi feita para durar e mudou a mentalidade da administração pública. Lembrando a afirmação de Rui Barbosa de que “alguns estadistas plantam couves e outros plantam carvalhos”, disse que Fernando Henrique “plantou um carvalho”.

Tasso Jereissati questiona posição do PT

A crise da Grécia, deflagrada em uma economia refém de endividamento crescente, foi citada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) como um sinal de alerta para o Brasil no momento em que se comemoram os dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo Jereissati, a dívida pública bruta, que dez anos atrás estava em 15% do produto interno bruto

e hoje chega a mais de 60% do PIB, exige uma reflexão sobre os rumos da economia brasileira.

Numa referência ao PT, o senador questionou a sinceridade dos “neconvertidos à responsabilidade fiscal”. Ele se referiu a declaração recente do ministro Guido Mantega, contrária ao estabelecimento de limite de endividamento para a União.

ACM Júnior vê necessidade de aperfeiçoamentos

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) avaliou que a LRF não é uma lei pronta e acabada e, de acordo com as necessidades, precisará de aperfeiçoamentos. Ele foi o relator, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de projeto do senador Tasso Jereissati, aprovado na terça-feira, que sugere mudanças pontuais na LRF.

Antonio Carlos salientou que qualquer alteração na LRF deve ser feita “com cuidado cirúrgico” para evitar brechas que permitam o endividamento excessivo.

– As modificações propostas pelo senador Tasso [Jereissati] são para aperfeiçoar e reforçar a lei, estimular investimentos do setor público e parcerias de empresas estatais e privadas. Não para aumentar limites de endividamento ou de gastos – afirmou.

Flexa Ribeiro lembra oposição do PT

“Mesmo os críticos mais ferrenhos tendem hoje a reconhecer a relevância irreduzível da Lei de Responsabilidade Fiscal”, declarou Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Segundo ele, quando a LRF foi discutida e votada pelo Congresso, o PT e o agora presidente Lula combateram a proposta.

– Em que pese a oposição ferrenha do PT contra sua adoção na época da tramitação, ditaram-se a partir dali paradigmas civilizatórios em favor da austeridade e da transparência das despesas do Estado. E isso se materializou em duas formas: seja educando administradores brasileiros na cartilha do respeito à coisa pública, seja bloqueando abusos e malversações de impetus políticos irresponsáveis.

Para Suplicy, lei orienta a administração pública

Dez anos após sua sanção, a LRF tornou-se parâmetro para a administração pública, disse Eduardo Suplicy (PT-SP). Para o senador, algumas manifestações de parlamentares do PT – inclusive dele próprio – quando a lei foi votada não devem ser interpretadas como contrárias à responsabilidade fiscal, “que as prefeituras petistas já observavam com rigor”.

Suplicy ressaltou aspectos positivos da lei na administração dos recursos governamentais e citou como exemplo a evolução da dívida líquida pública. Ele também saudou “um significativo progresso na administração federal”, inclusive reduzindo a relação entre dívida líquida pública e produto interno bruto.

Arns compara lei com o orçamento doméstico

Flávio Arns (PSDB-PR) comparou a LRF com o gerenciamento do orçamento doméstico. A primeira regra, lembrou, é não se gastar mais do que se recebe como salário ou renda.

– Se nós gastarmos mais, sem pensarmos no que estamos gastando, a consequência disso vai ser um mal-estar na família, falência, endividamento, a piora das relações. Não se pode gastar mais do que se arrecada. É uma regra básica de sobrevivência, seja para o setor privado, seja para o setor público – disse.

Arns também lembrou declaração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso quando da criação da LRF: “A partir de agora, os governantes só vão poder gastar o que arrecadam”, disse FHC.

Valadares: norma ajudou situação dos municípios

Um dos grandes benefícios trazidos pela LRF foi dar ao município a oportunidade de tomar empréstimos junto ao principal banco de fomento nacional (BNDES) e a instituições internacionais, avaliou Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

– Não tenho a menor dúvida que, não fosse a aprovação da lei, a situação dos municípios, que hoje é difícil, seria catastrófica. Os municípios estariam ingovernáveis e alguns estados também e, quem sabe, a própria União – avaliou.

Antes da lei, observou, não havia preocupação dos gestores com os gastos excessivos, a previsão orçamentária era inexistente e não se estabeleciam limites para a dívida pública.

Aprovação pôs fim ao descalabro, avalia Praia

A LRF tornou-se um marco indiscutível de amadurecimento da gestão pública no país, resumiu Jefferson Praia (PDT-AM).

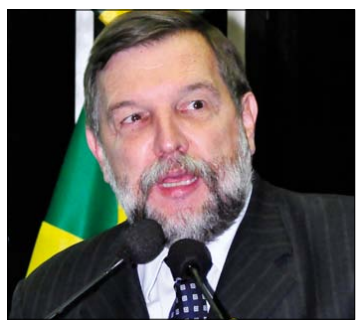
– Uma das práticas mais condenáveis era a de levar ao descalabro as finanças do estado ou município, com o crescimento vertiginoso da dívida pública, para que o próximo governante arcaasse com o problema – afirmou.

Jefferson Praia disse ainda que se a Lei de Responsabilidade Fiscal “passou a ser efetivamente cumprida, é porque a sua necessidade era sentida, e porque havia todo um ambiente propício, nas três esferas de governo e na opinião pública, para a sua aceitação e sua adoção”.

Arns: mortalidade materna não diminuiu no país

O senador Flávio Arns (PSDB-PR) afirmou que a redução da mortalidade materna – mães que morrem durante a gravidez ou até 42 dias após o nascimento do bebê – não ocorreu no Brasil. Segundo ele, o objetivo – uma das metas do milênio estipuladas pela Organização das Nações Unidas (ONU) na área da saúde – era reduzir esse tipo de mortalidade em até 75%. Mas o índice aumentou em algumas regiões.

Flávio Arns observou que a taxa de mortalidade materna “está intimamente relacionada com a qualidade da assistência médica e com o nível de desenvolvimento do país”.



Índice cresceu em algumas regiões do Brasil, lamenta Flávio Arns

Cavalcanti ressalta investimentos estrangeiros na PB

Ramo imobiliário, turismo, indústria, energia, mineração e comércio são setores que têm ganhado impulso com a entrada de investimentos estrangeiros na Paraíba, segundo informou o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

O parlamentar destacou a classificação obtida pelo Brasil que, segundo a Associação de Investidores Estrangeiros (Afire, em inglês), ocupa o segundo lugar do ranking em aquisição imobiliária, logo atrás da China. Ele frisou que os investimentos no Nordeste, apesar de inferiores aos destinados a estados do Sudeste, têm enorme potencial.



Imóveis, turismo, indústria e comércio são setores citados por Cavalcanti

Liderança brasileira na agricultura tropical, ganhos de produtividade e desenvolvimento de técnicas inovadoras são algumas das conquistas da empresa citadas nos discursos

Senadores elogiam atuação da Embrapa, que fez 37 anos

OS SENADORES AUGUSTO Botelho (PT-RR) e Valter Pereira (PMDB-MS) saudaram ontem os 37 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), comemorados no último dia 26.

Para Augusto Botelho, a liderança do Brasil na chamada agricultura tropical deve-se à atuação da estatal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ele ressaltou que o trabalho conduzido pela Embrapa e por instituições parceiras que formam o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária transformou a agricultura brasileira. Em Roraima, disse ele, as pesquisas da Embrapa ampliaram o conhecimento sobre o solo, clima, recursos naturais e técnicas agrícolas, gerando tecnologias capazes de revolucionar os padrões locais de produção.

Entre as conquistas da Embrapa, Augusto Botelho citou a descoberta de cultivares de feijão, mandioca e arroz adaptados ao solo de Roraima, além das pesquisas atuais para a produção de biodiesel a partir do inajá, uma palmeira oleaginosa típica da região.

Nas últimas quatro décadas, observou Augusto Botelho, verificou-se ainda o incremento acelerado da produtividade no país, com a consequente redução dos preços e a agregação de mais valor à produção, graças às pesquisas desenvolvidas pela Embrapa.

O senador disse ainda que a atuação vitoriosa da estatal pode ser exemplificada com a expan-



Augusto Botelho citou exemplo da expansão da soja no Cerrado

são da cultura da soja na região do Cerrado, que hoje responde por 60% da produção nacional do grão.

Augusto Botelho também lembrou que a Embrapa vem tendo uma atuação de destaque no exterior, como na Venezuela, Panamá e países africanos, mantendo ainda laboratórios virtuais nos Estados Unidos, França, Coreia e Inglaterra.

Valter Pereira

Já o presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado, Valter Pereira, destacou a competência da empresa, reconhecida internacionalmente.

– No topo dos avanços científicos e tecnológicos da agropecuária brasileira, a Embrapa tem sido a parceira certa nas incertezas da produção e dos



Valter Pereira: Embrapa tem sido parceira certa em momentos difíceis

produtores. A sua história de dedicação e conquistas chega aos 37 anos, garantindo ao Brasil inquestionável liderança internacional na chamada agricultura tropical – afirmou o senador.

Atualmente, informou o parlamentar, a empresa tem escritórios e centros espalhados por todo o país: 16 unidades especializadas em determinados produtos (como trigo, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, e arroz e feijão, em Goiânia); 15 unidades ecorregionais; dez unidades de temas básicos (como Agrobiologia e Agroenergia) e três unidades de serviço.

Durante sua trajetória, a Embrapa ajudou e ajuda o país no incremento da produtividade, redução de preços dos alimentos e melhoria da qualidade dos produtos, acrescentou Valter Pereira.



Senador lê documento elaborado por engenheiros, arquitetos e agrônomos

Jefferson Praia registra manifesto contra corrupção

O manifesto do Movimento Anticorrupção da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia foi lido em plenário por Jefferson Praia (PDT-AM). Apoiado por diversas entidades, o documento traz dados da ONG Transparência Internacional e afirma que a corrupção compromete a economia, a gestão pública, o desenvolvimento sustentável, a gestão privada e a democracia.

Jefferson Praia afirmou também concordar com o colega Pedro Simon (PMDB-RS) sobre o Projeto Ficha Limpa. Para ambos, a proposta deve ser aprovada pelo Senado na mesma forma que for aprovada na Câmara.



Senador explica ter recebido as reivindicações durante entrevista

César Borges cobra melhorias para município baiano

César Borges (PR-BA) reivindicou a presença de viatura da Polícia Militar na cidade baiana de Palmas de Monte Alto. Ele cobrou também a pavimentação da estrada que liga o município à localidade de Sebastião Laranjeiras. As duas reivindicações foram feitas ao senador em entrevista recente que concedeu a uma rádio de Palmas de Monte Alto, cidade localizada na região de Guanambi.

A viatura da PM reforçará o policiamento em Palmas de Monte Alto, enquanto a pavimentação da estrada foi um compromisso assumido pelo governo estadual para acelerar o desenvolvimento da região, explicou.

Valdir Raupp homenageia Marechal Rondon

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) homenageou ontem o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, militar e sertanista brasileiro que nasceu há 65 anos. Rondon foi responsável pela demarcação do território onde hoje se encontra o estado de Rondônia, assim batizado em sua homenagem, e de vários outros localizados longe da

costa.

O senador aproveitou para homenagear todos os rondonienses, pois, a seu ver, eles incorporaram o espírito desbravador de Rondon.

– São mulheres e homens que deixaram sua terra natal em busca de empregos e oportunidades. São pioneiros, são desbravadores. Fomos todos no rastro do marechal – disse.



Para Valdir Raupp, todos os rondonienses seguiram o marechal

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mozarildo Cavalcanti • Romeu Tuma • Acir Gurgacz • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Em protesto na CDH, lideranças dizem que decreto, adotado sem consulta aos povos indígenas, viola convenção internacional. Audiência debaterá o tema



Cristovam (C) ouviu Jeremias Pinita'Awe (E), vereador de Campinópolis (MT), que questiona ausência do presidente da Funai na comissão. Na foto à direita, lideranças indígenas participam do protesto

Índios criticam desativação de postos da Funai

ÍNDIOS DE DIFERENTES etnias protestaram, durante a audiência pública comemorativa dos cem anos da política indigenista, contra decreto presidencial que extingue os postos de atendimento da Fundação Nacional do Índio (Funai) nas aldeias.

Na abertura da audiência, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), reconheceu "a imensa dívida da nação brasileira com os índios".

Em seguida, as autoridades indígenas iniciaram o protesto argumentando que o Decreto 7.056/09, pelo qual o presidente da República aprova o quadro

de cargos e funções da Funai, viola a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual obriga os governos dos países signatários, como o Brasil, a consultarem os povos interessados a cada vez que adotarem medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

Jeremias Pinita'Awe, vereador de Campinópolis (MT), acusou o presidente da Funai, Márcio Meira, de estar "sempre fugindo" – embora convidado, ele não compareceu à audiência pública e foi representado pela coordenadora Irânia Marques.

O vereador acusou a Funai de usar a Força Nacional de Segurança Pública para intimidar as

lideranças indígenas.

O indigenista Wagner Tramm – que também é geógrafo da Universidade de Brasília (UnB) – disse que o Estado, que deveria mediar os conflitos, estimula desavenças com o decreto.

Passeata

Tramm sugeriu a Cristovam a realização de uma audiência com a finalidade específica de discutir a revogação do decreto presidencial. O senador concordou com a ideia e leu a minuta do requerimento com essa finalidade, que seria votado logo em seguida, mas avisou que não poderia assegurar a presença de Márcio Meira. Cristovam e José Nery (PSOL-PA) prometeram

que, caso o presidente da Funai não compareça, acompanharão as lideranças indígenas em passeata até o Ministério da Justiça.

Debate

Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou a sugestão do debate e afirmou que a CDH vai assegurar o respeito aos índios que querem ser ouvidos, mas também a manifestação da direção da Funai.

A socióloga Azelene Kaingang, presente à reunião, afirmou que os índios são guerreiros, mas sempre respeitam o próximo.

O índio Carlos Pankararu disse que os *blogs* de várias

tribos, como a dos Parecis, de Mato Grosso, relatam dificuldades resultantes da falta de estrutura para atendimento das aldeias. O problema, segundo ele, foi agravado pelo Decreto 7.056/09.

Depois das várias manifestações, Cristovam anunciou para a próxima quarta-feira a realização de audiência para discutir a suspensão ou reformulação do decreto. No requerimento, o presidente da CDH levou em consideração o argumento dos índios de que o ato presidencial teria violado a convenção da OIT, e, consequentemente, o decreto legislativo que a aprovou no Congresso Nacional (PDL 143/02).

Polícia Federal deve pedir quebra de sigilo de usuários do Orkut

O cerco ao uso e troca de material contendo pornografia infantil pela internet deve aumentar com a aceleração das investigações pela Polícia Federal relativas a 33 mil denúncias que envolvem usuários do Orkut. A rede social do Google colaborou na coleta inicial das informações. Depois de participar de reunião de grupo de trabalho da CPI da Pedofilia ontem, o delegado da PF Marcelo Fernando Borsio adiantou que, dentro de 45 dias, devem ser entregues à comissão os pedidos de quebra de sigilo dos dados cadastrais dos usuários relacionados com os delitos.

A celeridade na quebra dos sigilos é essencial para o sucesso das investigações, assinalou o presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES). O senador confia na colaboração das empresas de telecomunicação que prestam serviços de acesso à internet. Antes da CPI, havia obstáculos e muita

demora na entrega dos dados requisitados.

– Hoje observamos que o clima é de máxima cooperação – festejou o senador.

A reunião foi do grupo de trabalho que reúne representantes das operadoras de telecomunicação, de instituições estatais que atuam no combate à pornografia infantil na internet – o Ministério Público e a Polícia Federal – e ainda da Safenet Brasil, organização de direitos humanos dedicada a essa luta. No momento, o grupo debate a formação de um comitê que deve acompanhar a execução dos termos de conduta assinados com as operadoras, além de novas formas de cooperação, mesmo depois que a CPI concluir seus trabalhos.

Marcelo Borsio explicou que os pedidos de quebra de sigilo serão feitos à CPI, e não via Judiciário, porque esse é o caminho para tudo correr com mais rapidez.

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou ontem requerimento de seu presidente, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), para realizar homenagem às mães dos seis jovens mortos em Luziânia (GO). Eles foram assassinados pelo pedreiro Adimar Jesus da Silva, que confessou os crimes e teria se enforcado dentro de uma cela da Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos, em Goiânia, no dia 18 de abril.



César José de Oliveira (E), deputado Jilmar Tatto, Almeida Lima e André Lázaro na CPI do MST

Incrá e FNDE explicam convênios com organizações

Contratos de repasses de recursos públicos firmados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foram debatidos ontem na CPI Mista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do Incrá, César José de Oliveira, falou sobre a sistemática geral de repasses de verbas do Incrá a organizações não governamentais (ONGs) e afirmou que o instituto adotou de imediato as recomendações de melhoria de procedimentos licitatórios feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2006.

– Em relação ao acórdão do TCU, o Incrá teve um prazo para recorrer e o fez. De 17 recomendações feitas pelo tribunal,

devido a recurso apresentado pelo Incrá, o TCU reformulou dez – acrescentou.

Ele rebateu ainda informação publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a existência de um suposto estoque de 690 propriedades rurais prontas para a reforma agrária. Segundo Oliveira, na realidade apenas 40 já estão prontas para a criação de assentamentos, enquanto 300 dependem de decisão judicial, além de outras prontas para pagamento ou em processo de avaliação e vistoria.

Já o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, André Lázaro, explicou que em apenas quatro convênios foram detectadas irregularidades pela Controladoria-Geral da União (CGU), num universo de mais de 35 mil contratos que eram celebrados

antes de 2006 pelo FNDE com ONGs. Lázaro observou que, após 2006, o fundo decidiu não mais fazer convênios com ONGs para a realização, por exemplo, de ações de combate ao analfabetismo, porque, segundo ele, tais parcerias acabavam provocando certa acomodação de estados e municípios por considerarem que a União estava cumprindo a tarefa sozinha.

– A preocupação do MEC foi compreender que ele precisa, ainda que com certa dificuldade de execução, fortalecer a cooperação da União, estados e municípios – disse.

O vice-presidente da CPI, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), sugeriu a criação de uma sub-relatoria encarregada de apresentar propostas que contribuam para o aprimoramento dos processos licitatórios realizados pelo governo federal.

Proposta de Serys Slhessarenko prevê monitoramento eletrônico das espécies florestais. Hoje, sistema manual não permite um controle eficaz sobre o cumprimento da reserva legal não desmatável definida pelo Código Florestal



Reunião da CCT: projeto quer marcar todas as árvores remanescentes e porta-sementes para evitar fraudes nos inventários florestais para exploração comercial

Projeto aprovado na CCT pretende colocar *chips* em árvores da Amazônia

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou projeto que torna obrigatória a utilização de marcadores eletrônicos (*chips*) para inventário florestal total ou por amostragem das árvores comerciais remanescentes e daquelas chamadas de porta-sementes, com a respectiva identificação da espécie.

Os principais objetivos do projeto são combater o desmatamento ilegal e fraudes nos inventários florestais dos planos de manejo para exploração comercial da floresta.

O PLS 203/08, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), altera o Código Florestal (Lei 4.771/65), que permite que, na

região amazônica, as propriedades possam desmatar até 20% da área, deixando 80% como reserva legal.

Mas, segundo a senadora, esse limite costuma ser desrespeitado. Serys acredita que o manejo sustentável da floresta poderá ser mais bem controlado com o monitoramento eletrônico.

– O maior problema dos inventários florestais é que a fragilidade do sistema de controle da exploração florestal permite a manipulação dos resultados obtidos em campo. A melhor solução é marcar as árvores, possibilitando gravar as coordenadas de localização e informações sobre nome científico e vulgar da espécie, bem como sobre

altura, diâmetro e volumetria das árvores – explica a senadora, no projeto.

O relator, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), apresentou parecer favorável, concordando que o inventário digital das árvores é um método de “muito maior precisão e rapidez do que o sistema manual”.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) absteve-se de votar e considerou o projeto “inexequível”, alegando que o governo seria obrigado a contratar um número absurdo, “talvez milhões”, de funcionários para instalar *chips* em todas as árvores da Amazônia.

O PLS 203/08 vai agora à Comissão de Meio Ambiente, Defe-

sa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para decisão terminativa. Se aprovado, será enviado diretamente à Câmara dos Deputados.

Votações adiadas

Foram adiadas as votações dos PLS 73/07 e o PLC 176/09. O primeiro, da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), regulamenta a pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de animais. Já o segundo torna obrigatória a especificação da data da postagem nos Correios dos documentos de cobrança, para que o devedor tenha controle sobre os prazos de que dispõe para pagar a conta.

Senadores denunciam rádios comunitárias

Várias emissoras de rádio e televisão comunitárias estariam descumprindo a legislação que permitiu sua criação – atuando muito acima da potência permitida ou como emissoras comerciais com fins lucrativos. A denúncia foi feita ontem na CCT pelos senadores Hélio Costa (PMDB-MG), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Gerson Camata (PMDB-ES) e Papaléo Paes (PSDB-AP).

– Os canais comunitários de rádio, autorizados por decreto ministerial, têm limite de potência de 0,25 kW. Alguns, no entanto, compraram transmissores de 1 kW e estão invadindo o espaço alheio – disse Hélio Costa.

Camata acrescentou que a frequência acima do permitido pode levar a acidentes aéreos. Papaléo apontou que rádios comunitárias de seu estado atuam em defesa de grupos políticos, o que é ilegal. Já Cavalcanti opinou que o revendedor que aceita vender transmissores de potência acima do permitido a uma rádio deveria ser descredenciado.



Muitas rádios atuam acima da potência permitida, afirma Hélio Costa

Governo apoia projeto para acabar com lixões

O projeto de lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovado pela Câmara dos Deputados em março passado, com modificações, é a versão que o governo federal defende e pretende transformar em lei. A informação foi prestada pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante audiência pública promovida ontem por quatro comissões do Senado.

Izabella Teixeira fez um apelo para que os senadores aprovem essa versão até maio ou junho – antes, portanto, do segundo semestre, quando a campanha eleitoral será um dos principais focos da atividade política no país.

Segundo a ministra, que está no comando da pasta há pouco mais de um mês, o projeto (PLS 354/89) “muda o patamar da gestão ambiental pública dos resíduos sólidos”. Conforme Izabella, essa gestão “não pode depender das ações de cada governo, e sim estar fundamentada em políticas de Estado”.

Entre as medidas previstas pela proposta, ela mencionou as que estabelecem a responsabilidade compartilhada entre

agentes públicos e privados e a logística reversa, pela qual as empresas devem se organizar não só para a produção, mas para o descarte do produto usado.

A ministra resumiu os objetivos do projeto de lei na intenção de “eliminar os lixões do país”. Para ela, a questão dos resíduos sólidos – ou do lixo, como usualmente se diz – talvez seja o principal problema ambiental do Brasil, junto com a falta de tratamento de esgoto.

Críticas

– O projeto representa um avanço, pois oferece um marco regulatório para essa área, mas possui lacunas – afirmou o senador César Borges (PR-BA), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

Segundo César Borges, a proposta não determina quais serão as fontes dos recursos para a implementação da política de resíduos sólidos e não define claramente como será efetivada a responsabilidade compartilhada de agentes públicos e privados. Ele argumentou igualmente que faltou a previ-



Edson Martins, Rafael Lucchesi, Izabella Teixeira, Demostenes, Nadja Araújo, Serys, Carlos Roberto e Newton Azevedo

são de incentivos econômicos para estimular, por exemplo, a indústria da reciclagem.

Outra reclamação do senador é que boa parte da responsabilidade quanto à execução dessa política recai sobre os municípios, que não teriam recursos suficientes para essa tarefa.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) também abordou a questão dos recursos e destacou as dificuldades financeiras dos municípios.

A audiência pública foi organizada pelas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

César Borges: dificuldades para alterar a proposta

Relator do projeto de lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, César Borges (PR-BA) ressaltou ontem que não pode promover muitas alterações no texto devido à lógica do processo legislativo. Como a matéria teve origem no Senado e foi modificada na Câmara, retornando ao Senado sob a forma de substitutivo ao PLS 354/89, ele observou que não pode acrescentar itens novos à proposta, mas apenas suprimir alguns já existentes.

– Esse projeto passou no

Senado há 19 anos e retornou à Casa somente agora, após modificações na Câmara – lembrou ele durante audiência pública.

O senador recordou ainda que, originalmente, o PLS 354/89 “tratava quase que de outro assunto”, mas, após ser modificado na Câmara, passou a estabelecer a Política Nacional sobre Resíduos Sólidos. Ele afirmou que o texto possui lacunas, como a falta de definição das fontes dos recursos para a implementação dessa política.